

EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E INOVAÇÃO**Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares****Agrupamento de Escolas de Coronado e Castro, Trofa****Aviso n.º 8300/2025/2**

Sumário: Abertura do concurso a diretor do Agrupamento de Escolas de Coronado e Castro, Trofa.

Abertura do concurso a diretor do Agrupamento de Escolas de Coronado e Castro, Trofa

1 – Nos termos do disposto nos artigos 21.º e 22.º, do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho, torna-se público que se encontra aberto o procedimento concursal prévio à eleição do Diretor do Agrupamento de Escolas de Coronado e Castro, Trofa, pelo prazo de 10 dias úteis, a contar do dia seguinte ao da publicação do presente Aviso no *Diário da República*.

2 – Os requisitos de admissão ao presente concurso são os constantes nos pontos 3 e 4 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho.

3 – O pedido de admissão ao procedimento concursal é efetuado por requerimento, disponibilizado nos serviços administrativos, bem como na página eletrónica do Agrupamento de Escolas, (www.aecc.pt), dirigido ao Presidente do Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Coronado e Castro, Trofa, podendo ser entregue pessoalmente, nos serviços administrativos da Escola Sede do Agrupamento, Escola Básica e Secundária de Coronado e Castro, Rua da Costa, 4745-517 S. Romão do Coronado, Trofa, entre as 09.30 e as 16.30 horas, ou remetido por correio, registado com aviso de receção, expedido até ao termo do prazo fixado no n.º 1 do presente Aviso.

4 – O requerimento, deverá ser acompanhado, sob pena de exclusão, pelo *curriculum vitae* e por um projeto de intervenção no Agrupamento de Escolas.

5 – É obrigatória a prova documental dos dados pessoais e dos restantes elementos constantes do currículo, com exceção daqueles que se encontrem arquivados no respetivo processo individual e este se encontre no Agrupamento de Escolas de Coronado e Castro, Trofa.

6 – No projeto de intervenção o candidato identifica os problemas, define a missão, as metas e as grandes linhas de orientação da ação, bem como a explicitação do plano estratégico a realizar no mandato.

7 – As candidaturas serão apreciadas considerando:

- a) A análise do *curriculum vitae*, de cada candidato, designadamente para efeitos de apreciação da sua relevância para o exercício das funções de diretor e o seu mérito;
- b) A análise do Projeto de Intervenção no Agrupamento de Escolas;
- c) O resultado da entrevista individual realizada com o candidato.

8 – As listas dos candidatos admitidos e dos candidatos excluídos serão afixadas na escola sede no prazo máximo de 3 dias úteis após a data-limite de apresentação das candidaturas, sendo igualmente divulgadas, no mesmo prazo, na página eletrónica do Agrupamento, sendo estas as únicas formas de notificação dos candidatos.

9 – O resultado da eleição será submetido à homologação pelo Diretor Geral dos Estabelecimentos Escolares, no prazo previsto na lei.

3 de março de 2025. – O Presidente do Conselho Geral, António Monteiro da Silva.

318811338